PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Adriana Gomes de Araújo Palmeira [1]

Orientadora do Trabalho: Genoveva Batista do Nascimento[2]

RESUMO

Este estudo insere-se nas discussões sobre a importância da formação continuada de professores de Geografia voltada à Educação Ambiental (EA), especialmente no contexto das escolas regulares, cuja relevância se intensifica diante do agravamento climático provocado por ações humanas (Unicef, 2023). Diante disso, busca-se mapear as publicações científicas sobre formação continuada de professores de Geografia no Brasil com enfoque na EA, de 2020 a 2025. É uma pesquisa descritiva, bibliográfica, de abordagem quantitativa e qualitativa, realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando os descritores "formação continuada em Geografia" AND "educação ambiental", que resultaram em 142 produções. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, selecionaram-se três dissertações e duas teses para análise. Os resultados mostraram que, embora a temática venha sendo discutida em diferentes perspectivas, ainda são reduzidas as produções voltadas especificamente à formação continuada de professores na área em pauta. Os estudos analisados apontam desafios relacionados à inserção da EA nas práticas pedagógicas, à fragmentação das ações educativas e à necessidade de fortalecimento de uma formação docente voltada a práticas críticas e transformadoras no contexto escolar. Conclui-se que ainda pouco se explora, em produções acadêmicas, a formação continuada de professores de Geografia em Educação Ambiental, revelando a necessidade de ampliar estudos que fortaleçam a EA no contexto escolar de maneira crítica e articulada às problemáticas socioambientais contemporâneas. Por fim, essas publicações são fontes informacionais que podem contribuir na orientação de novas pesquisas, por meio do conhecimento daquilo que vem sendo produzido sobre a temática de interesse.

Palavras-chave: Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações – BDTD; Publicações científicas; Formação continuada de professores de Geografia; Educação ambiental.

INTRODUÇÃO

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, adriana.gomes311@gmail.com;

[2] Professora orientadora. Doutora em Educação (PPGE/UFPB). Professsora do Departamento de Ciência da Informação e Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, genoveva_batista@hotmail.com.

Este estudo consiste em um recorte dos resultados parciais da dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes, da Universidade Federal da Paraíba (PPGOA/UFPB) e insere-se nas discussões relativas à formação continuada de professores de Geografia direcionada à Educação Ambiental (EA), vislumbrando fortalecer práticas educativas que promovam compreensão crítica das relações entre sociedade e natureza frente aos desafios socioambientais. As mudanças climáticas, a degradação dos ecossistemas e o agravamento das desigualdades ambientais têm ampliado a demanda por processos formativos que necessitam de práticas pedagógicas contextualizadas e comprometidas com a construção da cidadania socioambiental (Unicef, 2023).

No Brasil, a Educação Ambiental foi institucionalizada por marcos legais, como a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (2012) e a Base Nacional Comum Curricular (2018), que reforçam sua abordagem transversal, interdisciplinar e crítica. Nessa perspectiva, a Geografia destaca-se por favorecer a compreensão das questões socioambientais, articulando as relações entre sociedade, natureza e espaço geográfico (Pontuschka; Paganelli; Cacete, 2009).

Considerando a relevância desse componente curricular e o papel estratégico da formação de professores para a inserção da Educação Ambiental nas escolas, torna-se importante compreender como essa temática tem sido abordada na produção científica. Assim, realizou-se um mapeamento dessas publicações sobre formação continuada de professores de Geografia com enfoque na Educação Ambiental no Brasil, abrangendo o período de 2020 a 2025.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo revela-se como bibliográfico e descritivo e ancora-se nas abordagens quantitativa e qualitativa para análise dos dados. Enquanto a abordagem quantitativa mensura os dados, a qualitativa possibilita interpretar os significados do fenômeno investigado e oferece uma interpretação que os dados numéricos não revelam (Bueno (2018). Sendo assim, a abordagem quantitativa foi utilizada para o levantamento e a caracterização das produções científicas, enquanto a qualitativa orientou na análise e na interpretação dos achados da investigação.

O levantamento foi realizado no dia 04 de janeiro de 2026 na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando os descritores “formação continuada em

Geografia" e "educação ambiental", utilizando-se o operador booleano AND (e), considerando o período de 2020 a 2025. Inicialmente, procedeu-se à leitura dos títulos de todas as produções recuperadas, a fim de verificar sua relação com o objeto de estudo, selecionando-se, em seguida, aquelas que apresentavam maior aderência à temática investigada.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Ambiental é um campo de conhecimento e de ação pedagógica construído historicamente em resposta ao colapso socioambiental e às transformações nas relações entre sociedade e natureza. Desde os debates internacionais iniciados nas décadas de 1960 e 1970 até sua implementação, como uma política pública no Brasil, a Educação Ambiental passou a ser compreendida como um processo crítico e interdisciplinar, voltado à formação de sujeitos capazes de interpretar e intervir na realidade socioambiental.

> [...] a meta básica da ação ambiental seria melhorar todas as relações ecológicas, incluindo as relações do ser humano entre si e com os demais elementos da natureza, bem como desenvolver uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas associados a ele, com conhecimento, habilidade, motivação, atitude e compromisso para atuar de forma individual e coletiva na busca por soluções para os problemas atuais e para a prevenção de novos problemas (Barbieri; Silva, 2011, p. 55).

No Brasil, a institucionalização da Educação Ambiental ocorreu por meio de um arcabouço legal, que tem como marcos a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), sua regulamentação pelo Decreto nº 4.281/2002 e, mais recentemente, a Lei nº 14.926/2024, que implementou temas relacionados às mudanças climáticas, à biodiversidade e aos riscos socioambientais.

Nessa direção, a formação continuada torna-se imperativa ao possibilitar que os princípios estabelecidos pelas políticas e legislações ambientais sejam traduzidos em práticas pedagógicas contextualizadas, críticas e reflexivas concernente à realidade socioambiental.

É nesse contexto que a análise da formação continuada de professores de Geografia torna-se um caminho para compreender de que maneira os marcos legais e conceituais da Educação Ambiental são apropriados, ressignificados e materializados no cotidiano escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento realizado na BDTD identificou 142 produções relacionadas aos descritores utilizados “formação continuada em Geografia” e “educação ambiental”. Após a leitura flutuante das publicações recuperadas, apenas cinco estudos apresentaram aderência ao objeto de estudo, sendo três dissertações e duas teses, revelando a reduzida produção científica sobre a formação continuada de professores de Geografia com enfoque na Educação Ambiental no período de 2020 a 2025 (Quadro 1).

Quadro 1 – Síntese dos resultados do levantamento na BDTD

Resultado	Evidência
Produções localizadas	142
Estudos analisados	5 (3 dissertações e 2 teses)
Principal conclusão	Necessidade de fortalecer a formação continuada em Educação Ambiental.

Fonte: Elaboração própria (2026).

Os estudos analisados apontam que a formação continuada é importante para fortalecer a inserção da Educação Ambiental nas práticas pedagógicas, embora persistam desafios relacionados à formação continuada de professores, à fragmentação das ações educativas e à necessidade de práticas interdisciplinares e contextualizadas. Esses resultados indicam uma lacuna e insuficiência de publicações científicas a partir dos descritores empregados na busca.

CONCLUSÕES

A pesquisa mostrou a escassez de estudos sobre a formação continuada de professores de Geografia em Educação Ambiental no período de 2020 a 2025. Os resultados reforçam a importância de processos formativos permanentes para qualificar as práticas pedagógicas e apontam a necessidade de expandir as investigações e as políticas de formação voltadas à Educação Ambiental na Educação Básica.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **Revista de Administração Mackenzie,** São Paulo, v. 12, n. 3, ed. esp., p. 51-82, maio/jun. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ram/a/DSKVmHs8qLRFRrGcGqTKh7H/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 21 ago. 2026.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD). Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2026. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/. Acesso em: 04 jan. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 10 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União: Brasília, 18 jun. 2012. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/cp/2012/rcp002_12.pdf. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao. Acesso em: 25 ago. 2026.

BUENO, José de França. **Métodos quantitativos, qualitativos e mistos de pesquisa**. Brasília: CAPES: UAB; Rio de Janeiro: Departamento de Biblioteconomia, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/718711/6/Metodos-Quanti-Quali-e-Mistos-de-Pesquisa-LIVRO.pdf. Acesso em: 26 ago. 2026.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender geografia**. São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em: https://ro.scribd.com/document/472976572/Para-Ensinar-e-Aprender-Geografia. Acesso em: 21 ago. 2026.

UNICEF BRASIL. **Mudanças climáticas e meio ambiente**. 2025. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/mudancas-climaticas-e-meio-ambiente. Acesso em: 22 ago. 2026.